

**Teresina, 10 de julho de 2013**

Caríssimas/os  
Companheiras e companheiros,

A presente carta pedagógica que o leitor tem a oportunidade de tê-la em mãos é o fruto de uma construção do coletivo de educadores e educadoras populares do estado do Piauí, que traz em seu bojo os principais elementos da trajetória deste coletivo no primeiro semestre de 2013. Nesta carta, caro leitor, encontrarás inicialmente uma breve contextualização dos problemas enfrentados pelas classes populares no Estado e sua reação diante destes problemas, assim como a contribuição que a RECID tem prestado diante desta realidade. Na seqüência foram apresentadas as principais ações desenvolvidas antes do início do convênio e as principais linhas norteadoras dos processos coletivos a serem desenvolvidos no convênio que iniciou, apontados no planejamento apresentado nesta carta. Em seguida apresentamos os principais desafios a enfrentados no semestre. Adiante foram apresentados os principais elementos no processo seletivo dos educadores e educadoras sociais do estado do Piauí, assim como algumas considerações do processo de gestão compartilhada. Desta forma, desejamos a todos e todas, uma boa leitura.

O contexto social do Piauí, não difere muito de outras realidades, principalmente quando nos voltamos para o nordeste brasileiro. O modelo desenvolvimentista continuado pelo atual governo estadual tem se intensificado. Grandes projetos como a construção de 05 barragens na bacia do Rio Parnaíba, o avanço e a potencialização do agronegócio em grandes extensões dos cerrados piauienses e a exploração de minérios na região semi-árida vem, com muita força, usando o falso discurso de desenvolvimento para todos, geração de emprego e fortalecimento do próprio estado. O apoio incondicional do atual governo a esses grandes projetos, recheado de contradições e com alto investimento de marketing, vai à contramão da política defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras, que almejam condições para produzir e garantir dignidade para seus familiares.

Por outro lado, o povo continua sendo usado como massa de manobra e também como moeda de troca, sobretudo no acirramento da seca e de suas graves conseqüências: fome, sede, êxodo rural, aumento de doenças relacionadas à quantidade e qualidade da água, dentre outros. Aqui merece enfatizar esta situação, em função da gravidade da seca que está assolando o semiárido piauiense. O ano de 2012 foi marcado por grande perda da produção agrícola e 2013 iniciou-se com grande expectativa de mudança e com esperança de boa produção, o que não se concretizou, agravando ainda mais a situação do ano anterior. Destacamos ainda como conseqüência dessa forte estiagem (a maior dos últimos 40 anos segundo o homem e a mulher do campo), o aumento da migração, sobretudo da juventude. Ressalta-se a dependência das famílias com relação aos programas sociais em virtude de como são implementados: na prática tem propiciado certa acomodação a muitas famílias e conseqüentemente a diminuição da busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida.

Para o enfrentamento dessa realidade, as organizações populares, bem como o Fórum Piauiense de Convivência com o Semi-Árido, estão se articulando e organizando ações no sentido de encontrar alternativas e garantir ao povo, sobretudo às vítimas da seca, condições de viver com dignidade e desta forma permanecer na terra. Ações como: gritos em defesa do povo do Piauí, marchas, audiências públicas, execução de programas governamentais de convivência com o semiárido (P1MC – Programa Um Milhão de

Cisternas e P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas), estão contribuindo para o enfrentamento das conseqüências da seca e para uma convivência mais efetiva.

No contexto político-partidário, o clima de disputa eleitoral está sempre presente. A crise de identidade porque passam as administrações ditas progressistas e/ou populares é uma realidade. Está confuso, difícil de discernir o que é esquerda e o que é direita, quem realmente é oposição política num município, por causa das situações de convívios e barganhas políticas.

Um aspecto muito preocupante é a violência instalada nas diversas regiões do Estado do Piauí. No sul do Estado, de modo particular, a ausência da segurança pública, deixa a sociedade a mercê do vandalismo e de todo tipo de violência contra a vida. Assalto a bancos e agências dos correios, arrombamento de residências, assaltos a mão armada contra as pessoas, têm sido constantes e não se percebe nenhuma ação mais organizada dos poderes constituídos, voltados para a preservação da vida e do bem estar da população.

Diante desse contexto, a RECID tem se colocado como provocadora de debates e reflexões sobre estas questões e no sentido de contribuir no enfrentamento de problemas e na construção de alternativas que possibilitem transformações, continuamos em nossas atividades, procurando sensibilizar, mobilizar e promover a vida e a dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, durante os meses em que antecederam a retomada do convênio, conseguimos manter o acompanhamento aos grupos através das seguintes atividades: Rodas de Conversas; Oficinas Pedagógicas; Chás Freireanos; Reuniões dos Coletivos (estadual e microrregionais) e da Coordenação Estadual; Romaria da Juventude; Cursos de Formação em módulos, Manifestações políticas e populares; Divulgação das ações (blogs, boletim informativo, rádios comunitárias); Participação nos Fóruns das Pastorais Sociais; da Economia Solidária; Piauiense de Convivência com o Semiárido, Piauiense de Educação do Campo (FOPEC) e CEBs.

No processo de acompanhamento dos grupos no intervalo do aditivo para o novo convênio, percebemos que a partir do compromisso assumido pelo coletivo estadual e as equipes locais, criamos as condições para dinamizar o processo de planejamento e desenvolvimento das ações ao longo desse período. Com a importante colaboração do trabalho voluntário, pudemos manter o vínculo com os grupos acompanhados, e dessa forma obtivemos os seguintes resultados: Formação de novas lideranças; Concretização das ações planejadas; Fortalecimento, animação e protagonismo da juventude, com a consolidação de núcleo de educadores jovens; Envolvimento de pessoas fazendo trabalhos voluntários; Fortalecimento do trabalho de base com apropriação de elementos da metodologia da educação popular; Funcionamento do coletivo e da coordenação estadual; A formação cidadã com foco aos direitos humanos; Compromisso da Entidade Âncora Estadual.

Reconhecemos a importância dos avanços alcançados nesse período, no entanto, ainda são muitos os desafios à enfrentar, entre eles apresentamos os principais:

- Intervalo prolongado entre convênios;
- Pouca disponibilidade de tempo de representantes de grupos e pastorais, com dificuldade de conciliar agenda devido ao acúmulo de demandas que cada segmento tem;
- Desinteresse pelas atividades de formação, em conseqüência do imediatismo, pois há grupos e entidades que esperam coisas concretas imediatas, dinheiro/projetos etc.

O planejamento para o presente convênio tem como objetivo potencializar as lutas populares rumo à construção do Projeto Popular mediado por uma metodologia dialógica e

com os princípios da educação popular e da educação em direitos humanos, que seja assegurada ampla participação das organizações e movimentos sociais do campo popular e tenha também um caráter de reflexão estratégica e operacional de atuação da Recid no estado. Para garantir a dinamização e a maior participação deste planejamento, ocorreram diversos momentos com os coletivos (estadual e microrregionais) e grupos de base que se resumem nos passos a seguir:

- ✓ Avaliação da caminhada no Estado a partir do planejamento de 2012;
- ✓ Diagnóstico da realidade do Estado do ponto de vista popular;
- ✓ Escolha e descrição de uma experiência dialogando com os limites, os aprendizados e desafios;
- ✓ Autoavaliação de cada educador/a contratado/a;
- ✓ Descrição da realidade dos grupos acompanhados;
- ✓ Identificação das 05 linhas prioritárias de ação da Recid no estado:
  - Controle social das políticas públicas;
  - Formação de Lideranças / Educadores / Militantes;
  - Fortalecimento da REDE;
  - Protagonismo Juvenil;
  - Formação na Base.

O Planejamento norteará nossas ações, facilitará no desenvolvimento do trabalho e o alcance dos resultados desejados e esperados.

O processo de seleção de educadores e educadoras foi unificado para todo o Brasil através de lançamento de edital de seleção pelo CAMP. No estado do Piauí foram inscritos 27 participantes, que tiveram seus currículos encaminhados pelo CAMP à equipe de seleção do estado, composta por representantes da Entidade Ancora Estadual e Coordenação Estadual. Os critérios utilizados pela comissão de seleção foram os já existentes no edital de seleção mais o processo de auto-avaliação dos educadores/as do convênio anterior. Em relação ao processo de seleção, a comissão fez as seguintes observações e sugestões:

- Dificuldade de organizar a própria comissão de seleção;
- A necessidade de uma maior apropriação das informações por parte da equipe quanto ao processo;
- Dificuldades na organização e dinamização do processo;
- Que para os próximos processos seletivos, sejam levados em consideração o critério da experiência somada à comprovação dos títulos e à avaliação de desempenho feita durante o desenvolvimento dos trabalhos pela equipe de coordenação do estado.
- Que o CAMP divulgue, quando da apresentação do resultado do edital, a lista dos candidatos inscritos mencionando a pontuação e classificação de cada candidato.

O esforço da construção coletiva tem sido constante em nossa caminhada. O envolvimento de educadores/as voluntários/as vai desde o pensar, planejar e realizar juntos facilitando a distribuição de responsabilidades e compromissos de natureza humana e financeira.

A descentralização das informações com relação às oficinas de GESTÃO COMPARTILHADA contribuiu para que todos/as educadores/as voluntários e liberados se envolvessem nos processos de participação, na organização e na realização das atividades, sobretudo nos encontros intermunicipais que acontecem nas 04 grandes microrregiões.

Após o início do novo convênio, podemos citar as seguintes ações já desenvolvidas e previstas no planejamento: dois encontros microrregionais (Pedro II e Floriano), dez oficinas pedagógicas nas quatro microrregionais, uma reunião ampliada do coletivo estadual, uma reunião do coletivo de educadores liberados, a retomada dos processos educativos dos grupos acompanhados e a articulação de novos grupos para serem acompanhados.

Diante do exposto nesta carta este coletivo de educadores e educadoras tem a consciência da gravidade da realidade em que vivemos ao mesmo tempo em que percebe no seio das classes populares os elementos de insurgência e rebeldia que se bem trabalhados contribuirão para o fortalecimento da organização dos grupos, coletivos e movimentos populares que juntos construirão e executarão o projeto popular para a nação brasileira. Encerramos nossa carta por aqui na perspectiva de no próximo semestre trazer mais e novos elementos para esse rico processo de formação de cidadãos éticos, ativos, dinâmicos e conscientes dos direitos humanos.

Rede de Educação Cidadã do Piauí